

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.452, DE 2021

Constitui a COMIEADEPA - Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará - e os eventos e manifestações culturais e religiosas a ela relacionadas como Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial do Brasil

**Autor:** Deputado OLIVAL MARQUES

**Relator:** Deputado DELEGADO ÉDER MAURO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Olival Marques, reconhece como manifestação da cultura nacional os eventos e manifestações culturais relacionados à COMIEADEPA – Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará.

Na Justificação, o nobre autor discorre sobre a trajetória centenária da COMIEADEPA, fundada em 18 de agosto de 1921, ressaltando sua relevante atuação religiosa, social e cultural no Estado do Pará, no Brasil e até no exterior, como no Japão. Destaca que, desde sua fundação, a instituição tem se dedicado à coordenação eclesiástica e à evangelização em áreas remotas da Amazônia, promovendo também assistência material, espiritual e social.

O autor ainda argumenta que a COMIEADEPA não apenas difunde valores religiosos, mas também desenvolve importantes ações nas áreas de saúde, assistência social e cultura, dispondo de estrutura física e



institucional consolidada. Defende que, por sua relevância histórica e cultural, a COMIEADEPA se enquadra nos parâmetros do art. 216 da Constituição Federal como patrimônio cultural brasileiro de natureza material e imaterial.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD), em caráter conclusivo (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuída à Comissão de Cultura e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que deve se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.

A Comissão de Cultura concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.452/2021, na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Raimundo Santos, que ajustou o texto para reconhecer os eventos e manifestações culturais da COMIEADEPA como manifestações da cultura nacional, em atenção à Súmula nº 1/2023 da própria Comissão.

Não há proposições apensadas e, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

A proposição em questão tem como objeto o reconhecimento de eventos e manifestações culturais como manifestações da cultura nacional, tema inserido na competência legislativa concorrente da União, nos termos do



art. 24, VII, da Constituição Federal, que trata da proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. A iniciativa parlamentar é legítima, conforme art. 61, caput, da Constituição Federal, não havendo, no caso, reserva de iniciativa. Ademais, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, inexistindo exigência constitucional de outro instrumento normativo.

No tocante à constitucionalidade material, cumpre destacar que o art. 2º do projeto de lei principal autoriza o IPHAN a inscrever nos livros competentes o imóvel em referência e os correspondentes eventos e manifestações culturais e religiosas a ele ligados para os devidos efeitos legais. Tal comando, contudo, configura ingerência em prerrogativa exclusiva do Poder Executivo federal, o que fere a separação dos poderes.

Ademais, tal dispositivo incorre em vício de juridicidade ao pretender conferir autorização legislativa a um órgão do Poder Executivo para a prática de ato administrativo que já lhe é inerente, nos termos da legislação vigente.

Referida irregularidade, contudo, foi superada pelo Substitutivo aprovado pela Comissão de Cultura, que eliminou o conteúdo autorizativo e passou a reconhecer, de forma meramente declaratória, os eventos e manifestações culturais ligados à COMIEADEPA como expressão da cultura nacional, também em conformidade com a Súmula nº 1/2023 da CCULT.

Dessa forma, com a exceção acima destacada, as proposições são dotadas de juridicidade, uma vez que inovam no ordenamento jurídico, possuem o atributo da generalidade e respeitam os princípios gerais do direito.

Por fim, as proposições apresentam boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

**Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.452, de 2021, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Cultura ao Projeto de Lei nº 2.452, de 2021.**



Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado DELEGADO ÉDER MAURO  
Relator

2025-13582

